



## **Dependência, imperialismo e capital-imperialismo: a dinâmica da posição brasileira na América Latina**

Meire Mathias<sup>1</sup>  
Cássius M. T. M. B. de Brito<sup>2</sup>

### **Resumo**

Neste artigo, elegemos determinados termos-chaves que consideramos fundamentais para discutir a situação do país na dinâmica atual da acumulação capitalista mundial, tendo em vista a organização dos Estados capitalistas no sistema internacional. O estudo sobre a formação social brasileira nos leva a refletir sobre as configurações que o capitalismo adota ao longo do seu processo de desenvolvimento em nível global e seus impactos internos. Deste modo, os conceitos, ideias e formulações acerca da dependência, imperialismo e capital-imperialismo ganharam centralidade para pensarmos as determinações que se impõe nas relações centro x periferia, em particular na América Latina.

**Palavras-chaves:** América Latina; Dependência; Imperialismo; capital-imperialismo.

### **La dependencia, el imperialismo y el capital-imperialismo: la dinámica de la posición de Brasil en América Latina**

### **Resumen**

En este artículo, se seleccionaron ciertos términos clave que consideramos fundamentales para analizar la situación del país en la actual dinámica de la acumulación capitalista mundial, en vista de la organización de los Estados capitalistas en el sistema internacional. El estudio sobre la formación social brasileña nos lleva a reflexionar acerca de la configuración que adopta el capitalismo en su proceso de desarrollo tanto a nivel mundial como en el plano interno. Por lo tanto, los conceptos, las ideas y formulaciones sobre la dependencia, el imperialismo y el capital-imperialismo adquirieron centralidad para pensar lo que se determine en las relaciones entre el centro y la periferia, sobre todo en América Latina.

**Palabras clave:** América Latina; la dependencia; el imperialismo; el capital-imperialismo.

### **Dependence, imperialism and capital-imperialism: the dynamics of the Brazilian position in Latin America**

<sup>1</sup> Doutorado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Na área de relações internacionais, com ênfase em Política Internacional, trabalha com temas referentes a poder e hegemonia, teoria política, política externa brasileira, integração regional e América Latina.

<sup>2</sup> Especialista em Teoria Histórico-Cultural pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Mestrando em Ciências Sociais do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UEM. Tem experiência na área de Sociologia e Teoria Histórico-Cultural, trabalha com seguintes temas: sociologia, método, trabalho social e teoria histórico-cultural.

## Summary

In this article, we elected certain key terms that we consider fundamental to discuss the country's situation in the current dynamics of the global capitalist accumulation, considering the organization of capitalist States in the international system. The study on the Brazilian social formation causes us to reflect on the configurations that capitalism adopts during its process of development both at global level and in domestic level. Thus, the concepts, ideas and formulations about dependency, imperialism and capital-imperialism gained centrality to think the determinations that are imposed in center x periphery relations, particularly in Latin America.

**Keywords:** Latin America; Dependency; Imperialism; capital-imperialism.

O estudo das relações que a formação social brasileira estabelece com a organização do sistema internacional de Estados é, por um lado, um campo muito marcado pelas disputas teóricas e busca por legitimidade como fonte de formulação da política externa e, por outro, pela necessidade de enfrentar as configurações que o capitalismo foi adotando ao longo do seu processo de desenvolvimento em nível global e seus impactos internos. Por isso, alguns conceitos, ideias, formulações têm pautado o debate da inserção brasileira na política internacional e das determinações que se impõe sobre a projeção do país na arena global, em particular na América Latina. Neste artigo, elegemos alguns termos-chaves que consideramos fundamentais para discutir a situação do país na dinâmica atual da acumulação capitalista mundial, tendo em vista a organização dos Estados capitalistas no sistema internacional. É certo que se tratam ainda de aproximações e, por isso, a visão aqui esposada pecará por ausência de detalhamento, focando em visões mais gerais sobre os processos históricos.

Nas diversas interpretações possíveis acerca dos *Cadernos do Cárcere* de Gramsci, é possível identificar uma forte tendência ao consenso de que a problemática principal da reflexão do revolucionário italiano é a questão nacional, a formação de vontades coletivas e as disputas hegemônicas que consolidam equilíbrios instáveis em determinados padrões de dominação no interior dos Estados, especialmente aqueles denominados por ele de “Ocidentais”, em que as lutas de classes seriam mediatizadas por aparelhos privados de hegemonia, cujo funcionamento exigiria uma nova teoria da dominação capitalista e, por consequência, uma nova estratégia para a revolução. Contudo, ainda que dispersas pelos textos, é possível identificar nas reflexões de Gramsci importantes formulações sobre as relações internacionais e, dentre elas, uma que se faz importante para nossa reflexão. Diz ele:

As relações internacionais precedem ou seguem (logicamente) as relações sociais fundamentais? Seguem, é indubitável. Toda inovação orgânica na estrutura modifica organicamente as relações absolutas e relativas no campo internacional, através das suas expressões técnico-militares. Inclusive a posição geográfica de um Estado não precede, mas segue (logicamente) as inovações estruturais, mesmo reagindo sobre elas numa certa medida (exatamente na medida em que as superestruturas reagem sobre a estrutura, a política sobre a economia etc.). Além do mais, as relações internacionais reagem positiva e ativamente sobre as relações políticas (de hegemonia dos partidos) (GRAMSCI, 1984, p. 44).

A resposta que Gramsci dá à sua própria pergunta intriga aqueles que enfrentam a questão dos países periféricos desde a problemática da dependência. Sendo resultados da expansão mercantilista europeia, sendo marcados pelo colonialismo, neocolonialismo, imperialismo, dependência e outras formas de relações hierárquicas de poder, para estas nações, as relações internacionais sempre apareceram como determinante causal das configurações das “relações sociais fundamentais” internas a estes Estados. A organização da dominação interna como resultante política no interior dos limites impostos pela dominação externa. Pareceria, à primeira vista, estranho, portanto, que a afirmação gramsciana valesse para o caso dos países periféricos.

Contudo, as formas de dominação externa também foram se transformando, modificadas pela dinâmica econômica, política e social que ocorreu *pari passu* aos processos de independência e desenvolvimento capitalista nas antigas colônias e depois países periféricos. Assim, é possível interpretar a afirmação gramsciana como aquela que coloca a tensão entre as relações internacionais e as relações sociais fundamentais num determinado patamar do desenvolvimento dos Estados, quando eles atingiram pelo menos a independência política e podem utilizar aquilo que Morgenthau (2003), em seu texto *Política entre as Nações*<sup>3</sup>, chama de “elementos do poder nacional”, isto é, recursos de poder interno, que condicionam a sua força e o seu papel na política de poder do sistema internacional.

<sup>3</sup>Morgenthau pode ser entendido entre os realistas no estudo das relações internacionais, pois analisa a política internacional desde a perspectiva da luta pelo poder, compondo o rol dos autores das “teorias normativas”. Como elementos do poder nacional, ele destaca: posição geográfica do Estado, presença e produção de recursos naturais (alimentos, matérias primas, dando destaque ao petróleo), a capacidade industrial (indústria e força de trabalho), grau de preparação militar (tecnologia, liderança, qualidade e quantidade das forças armadas, a demografia (quantidade e distribuição da população pelo território), a “índole” e a “moral” nacionais, qualidade da sociedade, do governo e da diplomacia. Em seu texto, o autor se alinha fortemente à linha de defesa dos EUA como liderança internacional e sua teoria fundamenta a política externa expansionista do país no mundo.

Dentre os variados enfoques<sup>4</sup> a partir dos quais é possível encetar uma análise a respeito do Estado, destacamos alguns condicionantes que o tornam interesse particular para nossa investigação:

- a) O Estado tem a função de fazer com que interesses particulares de classes, frações de classe, grupos sociais determinados apareçam como interesses de toda a sociedade, cumprindo, neste sentido, também uma função também ideológica;
- b) O Estado se apresenta como ente político da união nacional, que, segundo a característica anterior, assume a função de ser a instituição a partir da qual se projetam uma direção comum a toda a sociedade, e, por isso, é o agente político por excelência também no sistema de relações internacionais;
- c) Sendo expressão de uma sociedade de classes, o Estado sintetiza e condensa as relações de poder que estão distribuídas pela sociedade e é, portanto, o núcleo de articulação do poder político;
- d) Justamente por ser núcleo de articulação do poder político disperso pela sociedade, o Estado se faz presente de maneira capilar na sociedade e, sem se confundir com ela, tem como função articular os processos de reprodução social em um sentido unitário;
- e) Tendo como base a divisão social das classes, o Estado é também a materialização mais geral do poder político e, portanto, da dominação de classes, cuja forma histórica varia de acordo com a o padrão de reprodução do capital, da conjuntura política e das relações das forças sociais em disputa, o que confere uma determinação material precisa à definição weberiana de Estado como detentor do monopólio do uso da violência legítima;
- f) A determinação geral do Estado como condensação do poder da classe dominante é simultaneamente necessária para prevenir uma concepção idealista do Estado, mas é insuficiente para determinar as características concretas do Estado em cada formação social em períodos históricos específicos. Em suas conhecidas “obras históricas”, Marx associa a determinação da natureza de classe do Estado com suas entificações históricas particulares, apresentando análises do funcionamento do Estado em termos de sua configuração interna, seus níveis decisórios, as funções dos diversos centros de poder. Articulando os níveis abstrato e conjuntural (concreto) da análise estatal, seria possível diferenciar o aparelho de Estado e o poder de Estado, bem como outras distinções correlatas, como classe (ou fração) economicamente dominante e classe (ou fração) politicamente governante ou ainda entre poder de Estado e poder de governo, dentre outras concretudes;
- g) Na sociedade capitalista, o Estado assume também funções econômicas, seja de garantia legal dos fundamentos da reprodução do capital (propriedade privada dos meios de produção, mercantilização da força de trabalho), seja de atuar como planejador econômico, reformador das estruturas econômicas concretas, proprietário de empresas, financiador da acumulação capitalista, entre outras.

Do ponto de vista político, na medida em que o Estado condensa as relações de força que disputam o poder da sociedade em uma síntese superior, ele é atravessado pela disputa de hegemonia, que, dentre os sentidos atribuídos por Gramsci ao fenômeno<sup>5</sup>, destacamos:

<sup>4</sup> Partimos, aqui, de indicações já muito conhecidas na tradição marxista, mas os aspectos destacados tem como referência mais imediata o modo como são apresentados por Osório (2014), Liguori (2006) e Codato e Perissinotto (2001).

<sup>5</sup> Sabe-se que, no interior da tradição marxista, o conceito de hegemonia ganha projeção no interior das discussões táticas e estratégicas da Revolução Russa. Neste contexto, ela é pensada em termos da função diretiva do proletariado sobre as outras classes subalternas (em especial, o campesinato) no processo da revolução, seja na sua fase democrático-burguesa, seja já na transição socialista propriamente dita. Gramsci amplia a extensão do

O exercício normal da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, *tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria*, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-fraude (que é característico de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos) (GRAMSCI, 2002, p. 95 – grifos nossos).

Mais do que pares opostos de modo dualista, força e consenso são momentos de uma mesma unidade: o poder. O Estado – como expressão política superior da dominação de classe – embora alterne, dependendo da ocasião específica, o uso da força e do consenso, pensado enquanto totalidade, é a combinação íntima entre essas duas determinações. Não por acaso, Gramsci faz referência à imagem maquiaveliana do Centauro<sup>6</sup> como metáfora do Estado. Este precisa operar com ambos os momentos de maneira combinada, tentando fazer com que a força esteja apoiada no consenso e também usando a própria força para gerar o consenso<sup>7</sup>.

No que se refere à face externa do Estado, é possível, a partir de determinadas mediações, estudar a aplicabilidade do conceito de hegemonia para compreender certas dinâmicas das relações internacionais<sup>8</sup>. Portanto, recuperando a primeira passagem de Gramsci citada

---

conceito, empregando-o para uma análise das estruturas do poder burguês e seus padrões de dominação nas “sociedades ocidentais”. O sentido que o termo adquire nos *Cadernos do Cárcere*, contudo, não é único, apresentando nuances diferentes em pares conceituais, como força e consenso, Ocidente e Oriente, Sociedade Civil e Sociedade Política, Estado e Sociedade Civil ao longo do desenvolvimento da reflexão teórica. Para mais detalhes das variações encontradas, ver ANDERSON (1977).

<sup>6</sup>“Outro ponto a ser fixado e desenvolvido é o da ‘dupla perspectiva’ na ação política e na vida estatal. Vários graus nos quais se pode apresentar da dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos, mas que podem reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, de força e consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da ‘Igreja’ e do ‘Estado’), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc.” (GRAMSCI, 2002, p. 33).

<sup>7</sup> Marx analisou um dos modos como força e consenso se combinam num processo histórico violentíssimo e de largo prazo no capítulo sobre a “acumulação primitiva”. Depois de descrever a “legislação sanguinária contra os expropriados desde o final do século XVI”, tomando como base a Inglaterra, ele afirma: “Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não têm nada para vender, a não ser sua força de trabalho. Tampouco basta obrigá-las a se venderem voluntariamente. No evoluir da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, *por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas* (grifo nosso). A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência; a constante geração de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho, e, portanto, o salário, nos trilhos convenientes às necessidades de valorização do capital; a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. A violência extraeconômica, direta, continua, é claro, a ser empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, é possível confiar o trabalhador às ‘leis naturais da produção’, isto é, à dependência em que ele mesmo se encontra em relação ao capital, dependência que tem origem nas próprias condições de produção e que por elas é garantida e perpetuada” (MARX, 2013, pp. 808-809).

<sup>8</sup> MATHIAS, Meire. “Para pensar a América Latina: poder e hegemonia nas relações internacionais”. (2015)

Disponível em <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/30023> (Acesso em 27/04/2016)

aqui, mais importante do que saber se as relações internacionais precedem ou não as relações sociais fundamentais, talvez seja importante frisar a reflexão de que as duas são momentos do movimento unitário do Estado e que estão em permanente intercâmbio, uma refletindo sobre outra, condicionando-a e sendo condicionada. É a magnitude da autonomia relativa de cada uma dessas frentes que importa para o problema que pretendemos privilegiar nessa aproximação.

### **Dependência e Imperialismo**

Para a tradição crítica da teoria social brasileira e latino-americana, a elaboração de um projeto de poder que orientasse uma política do Estado nos países do sub-contidente sempre esteve às voltas com uma questão fundamental: a relação de dependência que eles estabelecem com os países capitalistas centrais. Da dominação colonial à dominação imperialista, passando por fases intermediárias, as características de dependência na economia, na sociedade, na política e na cultura dos países latino-americanos impõe a seus processos de desenvolvimento uma forte marca de heteronomia.

As diferentes formas de dominação externa teriam em comum, segundo Florestan Fernandes, três aspectos principais: a) concentração de riqueza, poder e prestígio nos estratos sociais mais próximos dos núcleos de dominação externa; b) a coexistência do “atraso” com o “moderno”, em uma relação de funcionalidade entre si, na medida em que eles financiam tanto a dominação externa quanto a concentração interna de riqueza, poder e prestígio social; c) exclusão de amplas massas da população da participação dos resultados da modernização econômica, política e cultural (FERNANDES, 1973, p. 20).

Para Florestan, as estruturas de poder da sociedade brasileira, desenvolvidas *pari passu* aos limites impostos pela dominação externa, se consolidaram, ao longo de um largo processo histórico, em um padrão de dominação denominada por ele de *autocracia burguesa*. Neste processo, a aristocracia rural, a burguesia nativa surgida no curso do longo processo de industrialização e aquela sua parcela mais aliada ao imperialismo, além de outros setores das classes médias acabaram por se unir de maneira mais orgânica na dominação social e no controle do Estado. O caráter autocrático desta dominação decorreria do fato de que ela se constituiria em grupos sociais numericamente muito pequeno, cuja urdidura social se daria pelo entrelaçamento de interesses comuns e pelo “medo” contra o que o autor chama de os “de baixo”.

Fica evidente que a caracterização que Florestan faz do padrão de dominação na sociedade brasileira é tributária do conceito de imperialismo. Sabemos que este conceito, não obstante sua ampla utilização inclusive por autores não marxistas, sempre foi alvo ora de interpretações divergentes, ora de denegação primária pelo *main stream* das teorias de relações internacionais como válido para explicar os fenômenos deste campo de estudo. Contudo, como fica claro a partir de Florestan, o conceito de imperialismo permite não apenas pensar as relações entre os Estados no sistema internacional (face externa) como também as condicionantes que ele põe à organização interna do poder estatal em cada formação social. Por isso, consideramos importante resgatar sinteticamente a reflexão leniniana sobre o imperialismo a fim de precisar o que estamos entendendo por este conceito.

No final do capítulo sobre a “acumulação primitiva”, Marx já apontava para a tendência à concentração e centralização do capital como resultado da dinâmica autoexpansiva da valorização do valor. Como contradição em processo, a única maneira do capital seguir em seu processo de reprodução ampliada em busca de mais valor é uma espécie de “fuga para frente”, que não resolve a contradição fundamental, mas a eleva a níveis superiores. Diz Marx (2013, pp. 1.012-1.013):

Essa expropriação [dos capitalistas – CMTMBB] se consuma por meio do jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, por meio da centralização dos capitais. Cada capitalista liquida muitos outros. Paralelamente a essa centralização, ou à expropriação de muitos capitalistas por poucos, desenvolve-se a forma cooperativa do processo de trabalho em escala cada vez maior, a aplicação técnica consciente da ciência, a exploração planejada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho que só podem ser utilizados coletivamente, a economia de todos os meios de produção graças a seu uso como meios de produção do trabalho social e combinado, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. (...) O monopólio do capital se converte num entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um grau em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. O entrave é arrebatado. Soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista, e os expropriadores são expropriados.

Lenin se fundamentará na tendência à concentração e centralização do capital apontada por Marx, mas não compartilhará plenamente com o otimismo dele sobre a “hora derradeira da propriedade privada capitalista”. Na verdade, recorrendo também a Hilferding, Lenin tratará o imperialismo como uma nova fase do capitalismo, que não resolve, mas eleva as contradições do processo de acumulação de capital a um patamar superior, dando a ela uma sobrevida, amplificando, contudo, os efeitos contraditórios de seu desenvolvimento.

Nosso autor caracteriza o imperialismo como sendo uma fase particular do desenvolvimento do capitalismo, “em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes” (LENIN, 2011, p. 218). Assim, segundo Lênin, o imperialismo teria cinco características fundamentais: 1) os monopólios seriam consequências necessárias da fase concorrencial do capitalismo, que provocou uma imensa concentração e centralização da produção de capital; 2) o capital financeiro não pode ser confundido com o sentido corrente que a literatura e a mídia econômica atribuem ao termo (mais próximo do sentido atual de capital especulativo), mas é uma nova forma surgida da fusão do capital industrial com o capital bancário; 3) a exportação de capitais é, a partir daí, fundamental e supera a simples exportação de mercadorias na determinação da dinâmica capitalista mundial; 4) os capitalistas organizam-se em associações internacionais monopolistas que partilham o mundo em áreas de influência e que, para isso, 5) contam com a ação compartilhada dos Estados Nacionais do bloco capitalista central.

A fase concorrencial do capitalismo ampliou enormemente a produção de mercadorias, cujos preços baixos constituíam a “artilharia pesada que derrubava todas as muralhas da China” (Marx e Engels). A concentração e centralização do capital decorrentes do movimento de sua reprodução ampliada eram simultaneamente a resposta e a elevação a um novo patamar de determinação da lei tendencial da queda da taxa de lucro. Se a burguesia iniciou a criação de “um mundo à sua imagem e semelhança” mediante a exportação de mercadorias através do mercado mundial, ao se basear na exportação de capitais, o imperialismo se transforma em Caronte<sup>9</sup> do capital, convertendo-se em meio pelo qual, não apenas se amplia o consumo mundial de mercadorias, mas se exportam as próprias relações de produção capitalistas para todos os cantos do globo terrestre.

Lenin critica de maneira muito dura a posição kautskyana a respeito do imperialismo, segundo a qual “o imperialismo é um produto do capitalismo industrial altamente desenvolvido. Consiste na tendência de toda a nação capitalista industrial para submeter ou anexar cada vez mais regiões agrárias, quaisquer que sejam as nações que as povoam” (KAUTSKY apud LENIN, 2011, p. 220). O que é realçado nesta definição é o aspecto político de tipo anexionista que o imperialismo teria em relação às regiões agrárias do mundo, ou seja, como algo “exterior” aos países de economia predominantemente agrária. Seu sentido profundo é o de que o

<sup>9</sup> Na mitologia grega, Caronte é o barqueiro que, mediante pagamento, leva as almas dos mortos na travessia do rio Estige (ou Styx) até às portas do Hades, onde Cérbero as esperava.



imperialismo teria, nestas regiões, o papel de frear o desenvolvimento de suas forças produtivas, impedindo o desenvolvimento de um capitalismo local, desempenhando um papel conservador e que, por isso, contaria com o apoio das oligarquias agrárias locais politicamente dominantes e, portanto, interessadas em conservar esse padrão de dominação.

Tal concepção de imperialismo, ao invés de reconhecê-lo como síntese econômica superior das relações sociais de produção capitalistas, o confunde com o poder político nacional específico, identificando-o como uma mera distinção hierárquica de poder entre diferentes nações, reeditando, assim, de certa forma, o antigo sentido geral do conceito de “relação colonial”. A concepção de Lênin é completamente oposta. Por sua unilateralidade, a essência política da definição kautskyana oculta justamente o caráter econômico do imperialismo, qual seja, o fato de ser ele a forma de dominação econômica do capital financeiro (capital industrial + capital bancário) baseada na exportação de capitais e organizada por grandes monopólios.

Esta perspectiva leniniana sobre o imperialismo será a base a partir da qual, no contexto dos anos 1960, um conjunto de autores se debruçará sobre os condicionantes estruturais da dependência e, a partir de críticas a uma concepção “ortodoxa sobre o desenvolvimento” proveniente do estruturalismo da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e da perspectiva weberiana sobre a dependência (Fernando Henrique Cardoso, José Serra), se esforçará para criar uma Teoria Marxista da Dependência (TMD). Esta surge também – na perspectiva de autores como Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, Andre Gunder Frank, dentre outros – da necessidade de complementação às teses clássicas do imperialismo desde a perspectiva dos países latino-americanos.

A TMD teria como função o desvendamento dos processos estruturais que desenvolveram o que Marini (1991) chamou de “capitalismo *sui generis*” nas formações sociais latino-americanas. Neste sentido, a TMD critica a visão evolucionista da CEPAL, segundo a qual a situação de subdesenvolvimento significava uma ausência de desenvolvimento e era uma etapa do processo de desenvolvimento das nações e que um conjunto de políticas calcadas na industrialização seria capaz de levar os países em direção ao grau de desenvolvimento dos países centrais. Também se posicionava criticamente à perspectiva weberiana a respeito da dependência, que via espaço para o desenvolvimento capitalista para os países latino-americanos no interior do modelo de capitalismo dependente-associado (cujo principal expoente foi Fernando Henrique Cardoso)<sup>10</sup>.

<sup>10</sup> A disputa pelo sentido da “dependência” no campo intelectual da América Latina nos anos 1960 foi marcado pela lateralização da TMD em favor da perspectiva de FHC. No Brasil, a imagem da TMD que prevaleceu no debate acadêmico e político foi aquela esposada principalmente por FHC, que procurou delimitar o espaço do

A partir daí, a TMD desenvolve conceitos para tentar dar conta da especificidade do capitalismo dependente. Nela, a dependência é entendida, em termos gerais, como uma situação em que uma determinada economia está condicionada pela expansão da economia a que está subordinada, o que significa uma relação entre autonomia e heteronomia (relativas, é claro, mas reais), na qual a economia dominante pode se expandir de modo auto-sustentável, enquanto a economia dependente tem sua expansão condicionada à primeira e sempre no interior dos limites da situação de dependência<sup>11</sup>. E apresenta a combinação de outros elementos fundamentais: a transferência de valores dos países periféricos aos países centrais mediante a deterioração dos termos de troca, o truncamento do mercado interno que, junto com a determinação anterior, impediria que toda a massa de mais-valia produzida fosse realizada aqui funcionando como fundo de acumulação interna. A combinação destes dois elementos fundamentais forçaria que a relação entre capital e trabalho por aqui se desse sobre as bases da superexploração da força de trabalho – mecanismo de compensação à heteronomia do modo de acumulação (salários abaixo do valor como característica estrutural permanente da dependência). E, como desdobramento disso, o truncamento do mercado interno obrigaria a que, em países que figuram como “centros médios de acumulação” (caso do Brasil, na América Latina), a produção de mercadorias suntuárias (alta esfera de consumo) tivesse vazão pela via da exportação, constituindo um processo de subimperialismo regional<sup>12</sup>.

Se é verdade que no complexo do imperialismo está embutido um processo de dependência econômica dos países periféricos frente aos países centrais do capitalismo mundial, não é menos verdade que nada impede o florescimento, nos primeiros, de um capitalismo local, que favoreça o desenvolvimento das forças produtivas num regime de relações sociais burguesas, sob a direção de uma burguesia parceira do capital financeiro e que aceite seu papel subordinado na concorrência imperialista internacional. Fica claro que é esta concepção

---

debate em torno da noção da dependência, especialmente através dos textos “Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência”, “As contradições do desenvolvimento-associado” e “As desventuras da Dialética da Dependência” (este último assinado também por José Serra). Estes textos – associado ao fato de a ditadura ter censurado os textos dos autores da TMD, enquanto os textos de FHC circulavam normalmente – contribuíram para formar uma espécie de “pensamento único sobre a dependência”. Fernando Prado (2012) faz um interessante resgate histórico-bibliográfico sobre a situação de “não-debate” em torno da dependência decorrente desses determinantes.

<sup>11</sup>“En otros términos, es a partir de entonces que se configura la dependencia, entendida como una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia” (MARINI, 1976, s/p).

<sup>12</sup> Discutiremos o significado atual das categorias de superexploração da força de trabalho e do subimperialismo na última parte deste trabalho.

que Florestan Fernandes utiliza para caracterizar a situação de dependência dos países latino-americanos no texto citado acima<sup>13</sup>.

A exportação de capitais é a base típica do movimento econômico imperialista. Consequência da fase concorrencial do capitalismo, ela é também uma resposta à queda tendencial de taxa de lucro do capital. A concentração e centralização de capital resultantes de sua crescente reprodução ampliada e consequente acumulação na forma de propriedade burguesa se dão mediante uma alteração da sua composição orgânica<sup>14</sup>, o que configura a causa principal da tendência à queda da taxa de lucro. A composição orgânica aumenta na medida em que a sobe a proporção de capital constante (em especial, a maquinaria) frente ao emprego de capital variável (força de trabalho assalariada) no processo de valorização do capital. Contraditoriamente, este aumento do capital constante é invariavelmente necessário como forma de potencializar a produtividade do trabalho, baratear o valor unitário das mercadorias e dar competitividade às empresas na concorrência do mercado, ao passo que reduz a fonte de mais-valia (emprego da força de trabalho).

Para contrabalançar a queda tendencial na taxa de lucro, é preciso reduzir a composição orgânica do capital sem que, para isso, as empresas tenham que se desfazer do capital constante que lhes potencializa a produtividade da força de trabalho assalariada. Uma das formas de realizar isso é aumentar a produtividade do setor de bens de produção (máquinas, tecnologia e matérias primas), o que reduziria a magnitude de valor do capital constante, contra-arrestando a tendência à queda na taxa de lucro. Mas o que fazer, por exemplo, com a maquinaria já em uso numa indústria capitalista? Uma das saídas é deslocá-la a uma filial/subsidiária ou vendê-la a outra região ou país, onde terminará de ter consumido seu valor como mercadoria em um processo de trabalho com uma participação maior de capital variável. Este processo, contudo, é muito dependente da velocidade do desenvolvimento tecnológico, o que, muitas vezes, não é compatível com o compasso da rotação de cada circuito de vida do capital.

<sup>13</sup> Interessante notar que Florestan Fernandes parece ter sido muito influenciado pela TMD. Em seu estudo sobre a revolução burguesa no Brasil, a categoria da superexploração está presente como elemento de análise. Contudo, ele parece absorver também em parte a formulação de FHC sobre a burguesia associada.

<sup>14</sup> A composição orgânica do capital é uma relação existente entre a sua parte constante (“capital constante”) e a sua parte variável (“capital variável”). [...] O aumento da composição orgânica do capital é diretamente proporcional ao aumento de sua parte constante e inversamente proporcional ao aumento de sua parte variável. Portanto, entende-se que é alta a composição orgânica do capital quando é maior a sua proporção de capital constante e, ao contrário, entende-se que é baixa quando é maior a proporção de capital variável. Marx trata da reprodução ampliada do capital, da acumulação capitalista, da composição orgânica do capital, da queda tendencial à taxa de lucro e outras categorias no Livro III de O Capital. Para uma introdução ao assunto é possível recorrer, dentre outros, a NETTO, J. P.; BRAZ, M., (2006); especialmente os capítulos 4, 5 e 6.

Outros fatores atuam no sentido de frear a queda na taxa de lucro, dentre eles: a) o aumento da exploração absoluta do trabalho ou da taxa de mais-valia (relação entre valor da produção e salários); b) a redução dos salários; c) o barateamento dos elementos do capital constante; d) a formação de uma “superpopulação relativa”, que aumente a concorrência no interior do proletariado, pressionando externamente os salários pagos no mercado; e) ampliação do mercado externo, não apenas para as mercadorias, mas para todos os elementos que compõem organicamente o capital; f) e aquilo que Marx denominou de aumento do “capital em ações” e que aprofundou no Livro III de *O Capital* como formação do “capital portador de juros” ou “capital fictício”<sup>15</sup>.

No interior da luta do capital com suas próprias contradições, chegando a um determinado patamar de desenvolvimento, a exportação de capitais se converte em uma saída fundamental. Ao serem exportados capitais para regiões do planeta com baixo desenvolvimento da composição orgânica do capital, ou seja, em que o processo produtivo se realiza com forte proporção de capital variável (força de trabalho) e menor proporção de capital constante, ali serão proporcionadas, então, taxas de lucro em que, parte do valor excedente seguirá, então, o sentido periferia-centro do sistema.

Os países com certo grau de desenvolvimento, onde as relações de trabalho assalariadas já estão instaladas, podem prover massas de trabalhadores dispostos a aceitar baixos salários e sem tradição de luta econômica sindical e organização política classista, garantindo ótimas condições de extração de mais-valia, contando com os meios de produção e outros elementos advindos da exportação de capitais do centro do sistema. Nas regiões do planeta em que haja a ausência dessas mínimas condições de uma exploração direta de tipo capitalista, nem por isso o imperialismo deixa de subordinar tais economias através da atribuição de funções produtivas complementares, mesmo que com isso o capital tenha de se “combinar” com formas pré-capitalistas de relações sociais de produção e/ou regimes políticos não democrático-burgueses.

O processo contínuo da “acumulação primitiva” do capital, isto é, de preparo das condições básicas para a instalação e reprodução do modo de produção especificamente capitalista, gerou, historicamente, tanto o “centro” como a “periferia” do que seria a fase imperialis-

<sup>15</sup> O conteúdo deste conceito refere-se à aparência de valorização que massas de valor sob a forma de capital-dinheiro (ou capital monetário) podem apresentar sem que sejam investidas em relações de valorização do capital. Em Marx, a discussão do “capital fictício” aparece de forma difusa: há uma breve referência no capítulo XXV e, de forma mais desenvolvida, nos capítulos XXIX a XXXI do livro 3, de *O Capital*. Em síntese, o capital fictício é um dos desdobramentos possíveis da função de crédito do capital, aquele que não é invertido na produção especificamente capitalista, isto é, que, mediante a exploração da força de trabalho, produz mais-valor apropriado privadamente.

ta<sup>16</sup>. Concomitantemente, tal processo, ao longo de um período relativamente breve de tempo, formou tanto a fase superior da acumulação capitalista nos países centrais, como criou nações a partir de antigas colônias europeias e modernizou suas estruturas políticas e sociais para servirem-lhe de terreno de expansão.

Florestan Fernandes, analisando a emergência e expansão do que ele chama de ordem social competitiva a partir da transição neocolonial, isto é, do período que vai, segundo ele, da segunda metade do século XIX até a década de 1950, relaciona como os impulsos externos vindo da expansão capitalista mundial transformam as sociedades da periferia num sentido burguês:

Mas é fácil perceber que nessa sua ‘idade de ouro’ as nações capitalistas em luta por hegemonia ou por autonomia redefiniam a *indirect rule* segundo novos móveis, envolvendo-se, por isso, na transformação capitalista da sua periferia mais avançada com audácia desconhecida. O controle indireto das relações comerciais já não era suficiente. Era preciso ir mais longe, implantando, pelo menos na parte mais rica e avançada da periferia, controles econômicos que pudessem operar através do desenvolvimento institucional da livre empresa, em todos os níveis do comércio e, progressivamente, do movimento bancário e da produção que o fluxo comercial-financeiro exigisse. Para isso, não era suficiente um mercado capitalista especificamente moderno sustentado por um fluxo limitado de modernização institucional. Impunha-se a reorganização do espaço ecológico, econômico e social para ajustá-lo não só a potencialidade reais ou virtuais do desenvolvimento capitalista, mas aos dinamismos das sociedades hegemônicas, que irrompiam na periferia, precisando de condições concretas para se consolidarem e expandirem (FERNANDES, 2005, p. 273).

Essa “revolução econômica” não significou certamente um rompimento com a situação de dependência, tendo em vista que o desenvolvimento capitalista provocado internamente não era homogêneo, reproduzindo a reciprocidade entre os setores “arcaicos” e “modernos” da economia brasileira, mas de um modo cada vez mais diferenciado, na medida em que a centralização gradual das operações comerciais e financeiras e a concentração de capital resultante e tais operações no setor moderno passa a “integrar gradualmente localidades e regiões descontínuas e muito distantes entre si, imprimindo à relação capitalista uma função unificadora nacional de que ela fora, anteriormente, destituída” (Idem, p. 279).

<sup>16</sup> A nosso ver, América Latina foi fundamental para o desenvolvimento capitalista nos países centrais 1) por ser fonte de metais preciosos/meios de pagamento para uma ampliação do mercado enquanto centro das relações econômicas; 2) por ser fonte de bens agropecuários de baixo valor, que, por um lado compensam a diminuição de população trabalhadora rural nos países centrais em decorrência da proletarianização urbana e, por outro, mantem baixo o suficiente o valor dos meios de subsistência a esses trabalhadores que são empregados na indústria em desenvolvimento; 3) produção de matérias-primas de baixo valor para as indústrias dos países centrais, atuando como mecanismo de tensionamento para baixo do valor do capital constante na composição orgânica do capital.

Percebe-se, com isso como andam articuladas as relações de determinação entre o fenômeno do imperialismo tal como pensado por Lenin e a situação de dependência dos países periféricos, em especial a América Latina. Por aqui, os processos seculares de revolução burguesa não são do tipo clássico, “jacobino” (diria Gramsci), mas combinam o desenvolvimento das relações sociais burguesas com um processo truncado e, no mais das vezes, tutelado de constituição de direitos sociais, políticos e culturais para a ampla maioria da população, enfim, de democracia. Algumas diferenças importantes entre a formulação leniniana acerca do imperialismo, o grau atual de concentração e centralização do capital e seus desdobramentos sobre a forma do capital hoje em dia e os impactos que isso pode ter sobre a formulação clássica da TMD serão tratadas logo em seguida quando falarmos da proposta de Virgínia Fontes sobre o capital-imperialismo.

### **Neoliberalismo**

Por ora, é importante salientar que a expansão capitalista dos países centrais no período pós-Segunda Guerra começou a dar sinais de esgotamento a partir do final dos anos 1970, quando a queda nas taxas de crescimento, as crises das dívidas dos Estados e a diminuição das taxas de lucro ameaçaram o prosseguimento da reprodução ampliada do capital. Era preciso um novo “salto para frente” e a estrutura do Estado de Bem-Estar Social e o consenso keynesiano a respeito da influência do Estado na economia dos países centrais foram eleitos pela ascensão conservadora como causas da crise. O neoliberalismo surge, então, como força prática e teórica a reorientar a política internacional e a conformação dos padrões de dominação internos de cada país.

A tônica neoliberal na América Latina norteou o discurso e conduziu a prática não somente dos governos, mas, também dos grupos de interesse privados organizados, a exemplo da “Confederação Nacional das Indústrias” (CNI), Brasil, e da “*La Unión Industrial Argentina*” (UIA), Argentina. Ao longo dos anos 90, as reformas voltadas para o mercado foram implementadas nos países da região com ritmo e intensidade próprios, contudo, em atendimento às condicionalidades impostas pelos bancos credores internacionais que asseguraram o pagamento da dívida e ainda, atrelaram o crédito ao receituário neoliberal.

As principais obras e artigos de referência sobre o neoliberalismo identificam o seu prelúdio nos ensaios da ditadura militar liderada por Augusto Pinochet no Chile (1973) e nos governos eleitos de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha (1979) e Ronald Reagan anos Estados Unidos (1980). David Harvey (2008) inova ao referir-se também às reformas (neo)liberalizantes chinesas promovi-

das por Deng Xiaoping em 1978. Todas estas experiências marcaram a materialização da doutrina neoliberal, pacientemente cultivada pelos pensadores liberais desde a fundação da Sociedade de Mont Pèlerin (CASTELO, 2013, p. 227).

O que é importante destacar é que em todos os casos, a retórica neoliberal identifica no modelo desenvolvimentista a razão das crises econômicas e sociais derivadas do baixo crescimento econômico. A saída vendida pela plataforma neoliberal é um conjunto de políticas de abertura econômica, desregulamentação dos fluxos financeiros, privatizações dos serviços públicos e uma nova racionalidade sobre o funcionamento da sociedade baseada na meritocracia individual e na concepção do indivíduo como empreendedor de si mesmo, que organiza sua vida em função da maximização de intensidades<sup>17</sup>.

Nas origens, o neoliberalismo apresentava-se como alternativa (posteriormente revelada cínica) ao que Habermas, no final dos anos 1980, chamava de “esgotamento das energias utópicas”, isto é, um processo em que a relação entre a experiência do tempo e as ideias do vir a ser do mundo passaram a ocorrer sob o rebaixamento do “horizonte de expectativas” ou uma “era de expectativas decrescentes”<sup>18</sup> de que falava Koseleck (2006)<sup>19</sup>. Diante de um mundo marcado pela “espiral armamentista, a difusão incontrolada de armas nucleares, o empobrecimento estrutural dos países em desenvolvimento, o desemprego e os desequilíbrios sociais crescentes nos países desenvolvidos, problemas com o meio ambiente sobrecarregado, altas tecnologias operadas às raias da catástrofe” (HABERMAS, 1987, pp. 104-105), o neoliberalismo aparecia, especialmente após o fim da URSS, da Guerra Fria e da queda do muro de Berlim, como uma promessa de uma “nova ordem mundial” pautada por uma progressiva horizontalização das relações de poder entre os Estados. Bastava, para isso, que os Estados abrissem seus mercados a fim de que pudessem desfrutar dos lucros advindos da competição econômica em um mercado supostamente livre.

Assim, por exemplo, na América Latina, os governos eleitos de cada país deveriam adotar um conjunto de reformas voltadas ao mercado. A racionalidade dos pacotes destas reformas, via pela qual se introduziram os fundamentos econômicos e as formas político-jurídicas do neoliberalismo nos países, está no fato de que eles se apresentavam como resposta ao esgotamento do modelo de desenvolvimento das décadas anteriores, principalmente do

<sup>17</sup> Para exemplificar o conteúdo da racionalidade neoliberal, basta lembrar o nome da revista “Você S/A”, da editora Abril. O indivíduo como uma sociedade anônima.

<sup>18</sup> Por conta da crise da ditadura militar e a reorganização de amplos movimentos de massa em defesa da democracia, a situação do Brasil ia em uma direção potencialmente contrária. “Nos anos 1980, enquanto a ofensiva capitalista mundial ganhava corpo e avançava em todas as direções, o Brasil parecia escovar a história a contrapelo” (CASTELO, 2013, p. 341).

<sup>19</sup> Koseleck, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

modelo de industrialização por substituição de importações. A “crise da dívida” foi a plataforma a partir da qual a racionalidade liberalizante que recusava o modelo do Estado-proprietário e do Estado-planejador se fortaleceu e se impôs como núcleo de consenso.

Os resultados, no entanto, foram opostos às promessas. Além do aumento da desigualdade social, da pobreza, do desemprego e da instabilidade monetária advinda da financeirização das economias, houve também efeitos do ponto de vista do sistema internacional. Segundo Mathias (2012),

em virtude dos interesses envolvidos, tanto dos governos, quanto de empresas de capital privado, quis-se fazer acreditar que os países passariam a competir em igualdade de condições. Não obstante, por parte dos países potências (hegemônicos), o que vimos foi a manutenção de barreiras tarifárias e dificuldades na negociação de barreiras não tarifárias proteção dos chamados setores sensíveis, medidas restritivas contínuas em relação à exportação de tecnologia e, por conseguinte, o aumento de contenciosos entre países, algumas vezes discutidos no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC), outras em Tribunais *ad hoc*. (MATHIAS, 2012, p. 102)

Apesar da retórica horizontalista da “nova ordem”, o sistema internacional permaneceu hierarquizado e os Estados nacionais continuaram a defender seus interesses. E não poderia ser diferente, pois, independentemente do enfoque que se dê para a caracterização do fenômeno neoliberal, não se pode evitar o fato de que ele tem como fundamento o movimento de reprodução ampliada do capital e que a sua concentração é signo também de poder político. O fato de que, durante o pós-Segunda Guerra, as grandes transnacionais se desenvolveram a ponto de suas receitas superarem o PIB de inúmeros Estados Nacionais não pode obscurecer o fato de que a ampliação do campo exterior de atuação destas multinacionais foi conseguida pela política externa dos países centrais, que, seja pela via militar, seja pela via diplomática fizeram valer seus interesses nas disputas hegemônicas no sistema mundial de Estados. O neoliberalismo, portanto, amplificou a concentração de capital e intensificou a desigualdade de poder entre as nações e no interior delas.

Para o Brasil, a década de 1990 foi o período de integração da economia nacional ao modelo liberalizante de desenvolvimento e que prevaleceu a relação bilateral-vertical com os EUA, decorrente da visão de que, tendo permanecido como única potência com o fim da guerra fria, desviar a política externa da adequação ao padrão de relacionamento exigido por ele seria construir a “autonomia pela exclusão” (PECEQUILO, 2008, p. 137). A relação entre o desenvolvimento dos setores industriais voltados à exportação e o desenvolvimento dos setores industriais voltados ao mercado interno se deu com desvantagem para este último. Isso “ocasionou um período de desindustrialização, aumento das importações de bens de consumo



e manufaturados, bem como favoreceu a desnacionalização de determinados setores tidos como menos produtivos – em termos de escala e tecnologia – ou ‘sensíveis’ como também são conhecidos” (MATHIAS, 2012b, p. 170). Adiciona-se a isso a queda da produção nacional no setor de bens de capital estimulada pelos menores custos de importação de máquinas e equipamentos em decorrência da abertura comercial e financeira (NASSIF, 2008).

O início do novo século abriu-se com perspectivas diferentes para os países da América Latina, o que pode ser visualizado pelo ciclo de governos eleitos com um programa crítico aos efeitos desnacionalizantes do neoliberalismo. Desde Chavez, na Venezuela, a Rafael Correa, no Equador, passando por Lula-Dilma, no Brasil, e os Kirchner, na Argentina, o subcontinente passará por um período de experiências políticas, econômicas e sociais que – se é equivocado caracterizar como “pós-neoliberais”<sup>20</sup> (como se apressaram alguns) – indicaram a busca por uma outra alternativa de inserção internacional a partir de uma política industrial que recupera aspectos do nacional-desenvolvimentismo e de uma política externa multilateral, buscando fortalecer os vínculos Sul-Sul.

Conforme Mathias (2012b, p. 171),

De acordo com alguns estudos, o governo de Lula refletiu a coexistência das correntes autonomista e pró-desenvolvimentismo e a dos progressistas. De uma parte, esta combinação articula a visão autonomista formulada no Itamaraty, que enxerga a integração sul-americana sob a liderança brasileira/ mas também almeja a ampliação do Mercosul através da entrada de novos Estados, por ex. Venezuela; e na formação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), visto que, a prioridade não é intensificar o comércio na América Sul, mas sim o desenvolvimento da região. De outra parte, os progressistas defendem o aprofundamento da integração em termos político-social. Na visão destes, o processo de integração deve ter uma perspectiva de longo prazo, de caráter estratégico *vis a vis* com terceiros Estados, sendo que a integração for-

<sup>20</sup>Tornou-se comum definir o neoliberalismo em termos de política econômica, isto é, aquele conjunto de políticas fundadas no tripé altos superávits primários para pagamento de juros, câmbio flutuante e metas de inflação. Contudo, o neoliberalismo é mais complexo que isso e se define no nível da estratégia de desenvolvimento, isto é, na manutenção da estabilidade macroeconômica, na abertura comercial e na desregulamentação financeira. Margaret Thatcher “promoveu a venda de ativos de áreas estratégicas, mas não teve cacife para promover o desmonte generalizado do welfare state, em particular na área de saúde, ainda hoje regida por concepções universalistas e públicas. E Ronald Reagan, um dos paladinos do livre mercado nas Américas, defensor do Estado Mínimo, não seguiu a primeira das medidas sugeridas pelo Consenso De Washington: o superávit primário. Seu governo teve sucessivos déficits fiscais devido aos altos gastos estatais com o financiamento do projeto Guerra nas Estrelas, a principal arma do governo estadunidense na Guerra Fria dos anos 1980” (CASTELO, 2013, p. 228-229). Assim, a política econômica a ser definida depende da conjuntura, em que em uma fase restritiva do ciclo econômico aperta-se mais os ajustes do que é preciso na fase expansiva. Tampouco se pode definir o neoliberalismo como ausência de política sociais ou o Estado mínimo, como se convencionou dizer. Na verdade, com o neoliberalismo há um fortalecimento do Estado, especialmente nos seus aspectos repressivos e ideológicos de concertação do consenso social conservador. Por fim, neoliberalismo também deve ser reconhecido como uma racionalidade baseada na dissolução ideológica dos vínculos extrafamiliares e na promoção do individualismo como critério para ação social, moldado à lógica da maximização das intensidades, sem necessariamente estar fundamentado em experiências de vida mais profundas.

taleceria a posição da América do Sul no concerto de nações e, por isso, a importância de uma identidade comum no qual a ênfase estaria na participação da sociedade civil e no fortalecimento da parte institucional. Os progressistas, por sua vez, entendem a institucionalização como um incentivo à integração, concepção com origem entre acadêmicos e lideranças políticas ligadas a partidos progressistas com um histórico de atuação internacionalista.

Seja na América Latina, seja expandindo para a relação com países da África e do Oriente, como Rússia, Índia, China (os BRICS), a inserção brasileira no contexto internacional não se dá apenas do ponto de vista de acordos políticos mediados pela diplomacia. As razões destas possibilidades diferenciadas de inserção internacional do Brasil estão relacionadas aos modos como a economia nacional se relaciona com a dinâmica concentracionista do movimento do capital no mercado mundial. Neste sentido, o debate proposto por Virgínia Fontes acerca do que ela vem chamando de capital-imperialista ajuda a matizar melhor este processo, especialmente porque permite distanciar-se de qualquer ufanismo nacionalista, que sempre acompanha o debate sobre este tema.

### **O capital-imperialismo**

Como dissemos anteriormente, sendo a “contradição em processo” e movido pela dinâmica da “reprodução ampliada”, a caça incessante pelo valor que move o capital faz com que seu processo de desenvolvimento possa ser entendido também como modos de “fuga para frente”. Suas fases históricas de desenvolvimento são resultado de um conjunto amplo de di-retrizes nas quais se concretiza esta fuga, pois ele mesmo, em seus próprios termos, é incapaz de solucionar as contradições que o movem. Por isso, a reprodução dos seus pressupostos em escala ampliada é também um dos resultados do seu desenvolvimento imanente. Buscando lançar luz sobre a configuração do capitalismo atual, com seu nível extraordinário de concentração e centralização, bem como os modos pelos quais este processo é alcançado, no processo histórico, a historiadora Virgínia Fontes tem proposto chamar esta nova fase de “capital-imperialismo”.

Ela usa este termo para retornar às caracterizações clássicas do movimento do capital em expansão e seu desdobramento imperialista ao mesmo tempo em que busca fugir de duas concepções sobre o imperialismo que são diferentes do sentido atribuído por Lenin. A primeira alarga extraordinariamente o conceito de imperialismo ao afirmar que o capitalismo sempre teria sido imperialista, desde os primórdios da expansão mercantilista até o começo do século XXI. A segunda, por outro lado, restringe a abrangência do conceito a uma disposição de

conduta política quase sempre de um único Estado em relação aos outros, geralmente do Estado hegemônico do sistema internacional. Em ambos os casos, segundo ela, o conceito perderia a sua denotação própria de designar um processo que eleva o caráter fundamental do modo de produção especificamente capitalista (reprodução ampliada do valor e reposição ampliada das condições sociais específicas – força de trabalho, mercantilização progressiva da vida, etc.) a um patamar em que a concentração e centralização do capital chegam a um nível alto suficiente para transformar a escala do desenvolvimento sem negar os seus determinantes fundamentais (FONTES, 2010, pp. 147-148).

Virgínia busca, com o conceito de capital-imperialismo, entrar no debate sobre como entender as novas configurações sociais do movimento do capital, campo que dispõe de conceitos como acumulação por espoliação, globalização, neoliberalismo, mundialização, entre outros. Cada um desses conceitos apresenta sua própria rede de referências empíricas e teóricas, mas que, para ela, na ânsia de inovar a compreensão dos processos atuais, negligenciariam características do movimento do capital que continuam a ocorrer, ainda que de maneira metamorfoseada.

Para a autora, David Harvey, ao usar o conceito de acumulação por espoliação para diferenciá-lo da acumulação pela reprodução ampliada do capital, o faz pressupondo que a violência dos processos de expropriação dos meios de produção que Marx descreveu no capítulo sobre a “acumulação primitiva” estariam restritos às origens do capital, que, posteriormente, teriam sido substituídos por mecanismos de acumulação “normalizada” a partir do momento que o modo de produção capitalista se colocasse sobre os próprios pés. Embora haja coincidência entre o que a autora chama de manutenção em larga escala dos processos de expropriação e o que Harvey chama de acumulação, Fontes aponta que mesmo em Marx a dinâmica da reprodução ampliada do capital, em sua “normalidade” supõe a reposição também ampliada dos seus próprios pressupostos e, portanto, se aprofundam os mecanismos de expropriação dos trabalhadores e conseqüentemente das formas de transformar sua força de trabalho em mercadoria.

A “liberação” de trabalhadores a vender a sua força de trabalho no mercado, a retirada de direitos (chamada por ela de expropriação secundárias) são processos que ocorrem no interior da dinâmica normal do capital e não seriam um defeito na origem do processo de acumulação capitalista. Além disso, embora a análise encetada por Marx n’*O Capital* pretendesse estudar o movimento do capital em sua lógica interna “pura”, no plano concreto, o capitalismo nunca dispensou a fraude, o roubo, a especulação, as guerras etc. para firmar-se como modo de produção preponderante no mundo inteiro (Idem, pp. 62-65).

O conceito de neoliberalismo, por sua vez, teria, para a autora, um forte caráter descritivo e que usa o contraponto ao keynesianismo como sua principal fonte de disputa teórica e prática. Por conta disso, o conceito perderia em muito a sua vinculação com o calço histórico da dinâmica do capital e do imperialismo, fazendo obscurecer, inclusive, o fato de que o próprio pacto keynesiano nos países centrais só foi possível devido à expansão imperialista na periferia do mundo (Idem, p. 154).

A autora parece ter mais simpatia ao uso do termo mundialização do capital, proposto por François Chesnais, que pretende dar conta da ampliação mundial da dominância de um certo tipo de capital (capital financeiro) e de aspectos políticos e ideológicos neoliberais. Teria a virtude de pensar os processos em termos mundiais, mas, segundo ela, tiraria a centralidade dos conceitos de capitalismo e imperialismo (Idem, *ibidem*).

Com o uso do conceito capital-imperialismo, a autora pretende dar conta de esclarecer os seguintes processos: 1) predomínio do capital monetário, que expressa a 2) dominação da pura propriedade capitalista em 3) seu impulso avassaladoramente expropriador. Para a autora, o marco histórico de passagem do imperialismo às formações originais do capital-imperialismo foi o pós-Segunda Guerra Mundial, no qual a “união íntima” entre capital industrial e capital bancário que configurava, para Lenin (baseado em Hilferding), a raiz do imperialismo, se desenvolveu a tal grau de concentração que, para Virginia, se poderia falar em predominância da “pura propriedade de recursos sociais de produção” (Idem, p. 155) e que a união dos capitais passaria a ser uma “fusão pornográfica” (Idem, p. 359). O que define essa passagem é que o patamar de concentração alcançado pelo capital monopolista teria provocado um distanciamento entre a propriedade deste capital altamente concentrado e a propriedade imediata dos meios de produção e na qual, dos imensos conglomerados multinacionais estaríamos indo em direção “a uma propriedade quase descarnada do capital, transformando-se num capital-imperialismo tentacular e abrangendo alguns países até então periféricos” (Idem, p. 155).

A ampliação do grau de concentração de capitais no processo de desenvolvimento do imperialismo implicou em modificações não apenas nas formas de gestão destes capitais em busca de valorização, como também em transformações das relações entre os seus proprietários e os meios materiais necessários àquela valorização. As massas crescentes de valor extraídas do processo produtivo de capital precisavam encontrar modalidades de retorno em uma escala ampliada para seguir se valorizando. A satisfação das necessidades da reprodução ampliada do capital exigia a abertura de fronteiras para a produção de capital e isso significa a dominação de novos espaços geográficos e novas formas de produção de valores de uso ainda

não completamente submetidas às determinações da produção especificamente capitalista. “O movimento dessa megaconcentração é triplo: tende a *capturar todos os recursos disponíveis* para convertê-los em capital; precisa promover a *disponibilização de massas crescentes da população mundial*, reduzidas a pura força de trabalho, e, enfim, *transformar todas as atividades humanas em trabalho*, isto é, em formas de produção/extração de valor” (grifos no original – Idem, p. 165). Este é um dos aspectos de urgência, que, no Estado, aparece na consolidação da hegemonia o que Gramsci chamou de “reforma intelectual-moral” (combinação de força e consenso) e, na economia, na ampliação dos espaços sociais de reprodução ampliada do capital.

Portanto, para a autora,

falar, pois, de capital-imperialismo, é falar da expansão de uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, mas nascida sob o fantasma atômico e a Guerra Fria. Ela exacerbou a concentração concorrente de capitais, mas tendencialmente consorciando-os. Derivada do imperialismo, no capital-imperialismo a dominação interna do capital necessita e se complementa por sua expansão externa, não apenas de forma mercantil, ou através de exportações de bens ou de capitais, mas também impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica. (...) Mantém o formato representativo-eleitoral, mas reduz a democracia a um modelo censitário-autocrático, similar a assembleias de acionistas, compondo um padrão bifurcado de atuação política, altamente internacionalizado para o capital e fortemente fragmentado para o trabalho (Idem, p. 149).

A dominação interna do capital-imperialismo é derivada da sua natureza imperialista, isto é, deve combinar suas dimensões interna e externa. Do imperialismo ela mantém o caráter de exportação mercantil e de capitais, mas amplifica extraordinariamente as expropriações primárias (meios de produção) e secundárias (direitos sociais, políticos e econômicos). Do ponto de vista político, restringe o alcance da democracia ao caráter concorrencial das eleições em seu formato representativo e que tem como desdobramento ou razão a concentração do capital, por um lado, e a fragmentação do trabalho, por outro.

Desta dupla injunção aprofunda-se, de um lado, a aproximação de setores de representação das classes subalternas ao espaço próprio da gestão do capital-imperialismo, como é o caso de sindicalistas gestores dos fundos de pensão, que atuam na separação entre a propriedade e gestão dos recursos sociais de produção e, de outro lado, na conversão mercantil-filantrópica da militância das lutas sociais e do empresariamento direto de setores populares, que passam a participar não apenas como “público-alvo” de projetos de responsabilidade so-

cial das empresas, mas como sujeitos delas através do engajamento no voluntariado. Isso provoca um processo de apassivamento das lutas sociais:

os trabalhadores são silenciados pelo alto, através da associação de sindicalistas à gerência do capital, e por baixo, através do emaranhado de entidades mercantil-filantrópicas, configurando políticas generalizadas de gotejamento para as camadas sociais mais fragilizadas ou disseminando práticas laborais totalmente desprovidas de direitos. Resulta num apassivamento contido no formato de uma democracia restrita que, ao menos por enquanto, vem liberando de peias o comportamento predatório do capital transnacional brasileiro e seus associados (Idem, p. 348).

### **Dependência, capital-imperialismo e subimperialismo**

E como pensar a situação dos países periféricos, em especial o Brasil, no interior da problemática do capital-imperialismo? Primeiramente, é preciso lembrar que a autora, ao recuperar a formulação leniniana do imperialismo, integra a combinação dominação-dependência-desenvolvimento capitalista no modo contraditório de expansão do capitalismo a partir do segundo pós-guerra. Ou seja, o imperialismo reforça as assimetrias econômicas e políticas no sistema internacional dos Estados, mas o faz desenvolvendo o capitalismo nos países e suas “áreas de influência”, contando com a participação dos grupos dominantes locais, que, entretanto, mantem sobre condição de subalternidade. Por isso, o imperialismo pode ser visto, de certa forma, como via específica de desenvolvimento de um capitalismo dependente, por um lado, e permitindo a alteração do padrão de dominação nos países centrais (Estado de Bem Estar Social), por outro:

a transmutação do conceito de imperialismo – inclusive pela sua enorme popularização, mas também, em muitos casos, por sua deformação – foi paulatinamente deixando na sombra o fato de que a expansão do capitalismo em outras partes do mundo, desde finais do século XIX, passou a ocorrer pela via do imperialismo, no sentido específico de uma extensão de extração de mais-valia interna e externa, estreitando os elos hierárquicos entre diferentes formações sociais, modificando-as e, simultaneamente, alterando-se o próprio teor dos países centrais (Idem, p. 148).

Na medida em que, para ela, o capital-imperialismo é a configuração dominante do capitalismo contemporâneo, o desenvolvimento da acumulação de valor mesmo nos países periféricos deve adaptar-se a esta nova dinâmica. Ao estudar a projeção do Estado brasileiro na América Latina e na África, a ampliação do processo de transnacionalização de empresas brasileiras – contando com a colaboração forte do BNDES –, a autora tenta captar a forma específica pela qual a economia nacional, ao internacionalizar-se, assume as características do

capital-imperialismo. Este processo, no Brasil, teria ganho impulso significativo a partir dos anos 2000.

A “expansão capital-imperialista” brasileira se daria em três frentes: a) controlando o acesso a fontes de matérias-primas; b) submissão da força de trabalho de outros países, com métodos de força já experimentados anteriormente por aqui; c) o resultado dessa expansão, ao trazer seus dividendos, permite a aplicação de políticas de alívio por gotejamento das pressões sociais internas. Assim, em um plano mais estrutural, não foi apenas o *boom das commodities* que permitiram a implantação do modelo de desenvolvimento pela expansão do consumo durante o governo Lula. Segundo a autora, “no ano de 2006, a exportação de capitais como investimento estrangeiro direto (IED) saindo do Brasil aproximou-se da cifra de US\$30 bilhões e superou o montante de entrada de IED proveniente do exterior no mesmo ano” (Idem, p. 362). A hipótese de Virgínia é de que a ação do capital-imperialismo brasileiro constitui fundamento estrutural e, por consequência, o esteio regulador da hegemonia recente no país<sup>21</sup>.

Virgínia usa o conceito de capital-imperialismo como alternativa crítica ao conceito de subimperialismo formulado por Ruy Mauro Marini nos anos 1970. Este autor buscou apreender o caráter histórico da relação de dependência entre as nações industrializadas e os países dependentes, especialmente a América Latina, partindo da forma como elas interagem no mercado mundial a fim de garantir a acumulação capitalista. O desenvolvimento das condições para extração de mais-valor relativo nos países centrais alcançado pela intensa industrialização (aumento da produtividade) nos setores de produção de meios de consumo da população trabalhadora cria as condições para aumentar a taxa global de mais valia, mas o faz diminuindo tendencialmente a taxa de lucro em decorrência do aumento também tendencial da composição orgânica global do capital. A exportação de bens industrializados para os países periféricos em troca de bens primários se daria de forma a “truncar a lei do valor”, ao vender “sus productos a precios superiores a su valor, configurando así un intercambio desigual”, o que faz com que “las naciones desfavorecidas deban ceder gratuitamente parte del valor que producen, y que esta cesión o transferencia se acentúe en favor de aquel país que les vende mercancías a un precio de producción más bajo, en virtud de su mayor productividad” (MARINI, 1976, s/p).

<sup>21</sup> A título de registro, considerando que escapa aos limites deste artigo, fica indicado a correspondência entre a inserção brasileira no movimento internacional do capital-imperialismo e a hegemonia recentemente construído em torno do que tem convencionado chamar de “lulismo”, isto é, um padrão de dominação que articula a conciliação provisória e instável das classes aos momentos da conjuntura econômica internacional, ao passo que internamente favorece o crescimento de uma cultura política conservadora combinada à política de conta-gotas de alívio à pobreza e geração de empregos precários na base da pirâmide social.

Às nações periféricas não restaria outra alternativa a não ser compensar essa perda de valor para os países centrais através de uma intensificação da exploração da força de trabalho localmente. A isso ele chama de superexploração da força de trabalho, cujos aspectos essenciais seriam: “la intensificación del trabajo, la prolongación de la jornada de trabajo y la expropiación de parte del trabajo necesario al obrero para reponer su fuerza de trabajo” (idem, s/p). Para Marini, “En términos capitalistas, estos mecanismos (que además se pueden dar, y normalmente se dan, en forma combinada) significan que el trabajo se remunera por debajo de su valor, y corresponden, pues, a una superexplotación del trabajo” (idem, s/p). Estes aspectos “configuran un modo de producción fundado exclusivamente en la mayor explotación del trabajador, y no en el desarrollo de su capacidad productiva (grifo nosso –idem, s/p).

Nestes termos, o conceito de superexploração do trabalho procurava dar conta de uma caracterização estrutural da situação periférica e dependente das formações sociais latino-americanas em relação aos países centrais. A posição dependente e associada da burguesia brasileira impedia a realização da reforma agrária, o que levava a um empobrecimento do campo e a um alto êxodo rural, pressionando para baixo os salários urbanos. Este processo levaria Marini a propor a tese de que, nos países dependentes, haveria um truncamento da lei do valor, na qual os salários pagos seriam estruturalmente e, em média, abaixo do valor da força de trabalho. Isso, associada ao elemento anterior, levariam a um truncamento do mercado interno. Desta forma, a burguesia brasileira não apenas era proprietária do tempo de trabalho excedente, mas avançava sobre o tempo de trabalho necessário, o fundo de consumo da classe trabalhadora, pinçando parte dela para, por meio de débil acumulação interna, sustentar a manutenção interna sua dominação e garantir a remessa de excedente para os centros de quem era dependente. Isso tudo geraria um desgaste estrutural da reprodução da força de trabalho, que, no limite, significava limitar o próprio tempo de vida dos trabalhadores.

Por outro lado, o truncamento do mercado interno levaria a dois desdobramentos: produção de bens suntuários para restrita parcela da população (alta esfera de consumo), o que seria causa para a exportação de capitais brasileiros para valorização fora do país, o que seria chamado por Marini de subimperialismo; e o recurso sempre presente ao capital exterior, uma vez que a acumulação derivada dos processos internos seria sempre insuficiente, dada a pequenez do mercado interno.

Virgínia Fontes lembra que o problema do mercado interno, caro para toda uma tradição do pensamento econômico e político brasileiro, era pensado apenas em termos da produção de mercadorias para o consumo da população, deixando de lado o aspecto fundamental de que mercado interno é também mercado de trabalho, ou seja, “não se trata apenas da oferta de



bens necessários para a população, mas da produção de uma população necessitada do consumo mercantil de certos bens” (FONTES, 2010, p. 354). Em síntese, assim como Marx caracterizava que os economistas clássicos polemizaram encarniçadamente sobre o problema dos cercamentos das terras comuns por não entenderem a “identidade entre a riqueza nacional e a pobreza do povo” (MARX, 2013 p. 974), a discussão sobre o mercado interno não pode omitir que seu desenvolvimento significa também a liberação dupla da força de trabalho e envolve, portanto, mecanismos de expropriação ou manutenção atualizada dos processos de acumulação primitiva. Isso adicionado aos processos de retirada de direitos sociais públicos, o que a autora chama de expropriações secundárias.

Marini centrou-se na relação de troca entre produtos industrializados e primários, secundarizando, na proposição da tese de superexploração da força de trabalho, a questão da exportação de capitais, central para a análise do imperialismo e que, conforme vimos anteriormente, pode ser entendida também como via de desenvolvimento capitalista nos países periféricos, que, entretanto, mantém a dependência.

Embora seja não apenas possível, mas vital para a análise econômica e social fazer referência ao grau/taxa de exploração da força de trabalho, o termo exploração diz respeito à relação entre capital e trabalho, na qual aquele subordina a este por ser resultado da apropriação de uma parte do valor produzida por ele. Exploração, portanto, é uma categoria geral de caráter qualitativo, que, contudo, guarda as suas dimensões quantitativas, passíveis de serem medidas em termos de taxas, médias, etc. O que o conceito de superexploração propõe é uma nova qualidade da exploração, uma espécie de subtipo, que é derivada da possibilidade real de um aumento da taxa de exploração. Marx analisou a possibilidade de aumento da taxa de exploração, que pode ocorrer seja sob a forma de mais-valia absoluta, seja sob a forma de mais-valia relativa. Na TMD, a superexploração é uma qualidade específica da relação capital e trabalho na periferia, segundo a qual é estrutural e permanente o pagamento de salário abaixo do valor da força de trabalho, seja pela intensificação do trabalho, extensão da jornada, pelo arrocho salarial ou pela diminuição da incidência dos “salários indiretos”, isto é, de direitos sociais legalmente alcançados pela luta dos trabalhadores.

Neste enquadramento, a superexploração da força de trabalho é, para a TMD, a única alternativa para o desenvolvimento interno do capitalismo (CARCANHOLO, s/d, p. 14). De nossa perspectiva, o aumento da produtividade alcançado no departamento III da economia brasileira (bens de capital), que, iniciando-se na década de 1970<sup>22</sup>, generalizou os ganhos de

<sup>22</sup> “Tomada, sobretudo, do ponto de vista econômico, tal como apresentada anteriormente, a tese de Marini pode corresponder a um momento do processo de expansão capital-imperialista brasileiro dos anos 1960, modificada

produtividade nas décadas seguintes para toda indústria de transformação<sup>23</sup>, a absorção da produção agrícola de alimentos às determinações da produção especificamente capitalista *pari passu* ao aumento do consumo de alimentos industrializados pela população trabalhadora, associados às altas taxas de lucro do setor de exportações de bens primários (minérios, grãos, frutas, carnes, petróleo) e seu reflexo na capacidade do Estado em subsidiar (principalmente via medidas protecionistas) com recurso progressivo ao seu próprio endividamento um ciclo de expansão interna do capital colocam, em conjunto, novas determinações para a disjunção entre a produção e apropriação do valor entre os países dependentes e os países dominantes. Não se quer dizer aqui que não haja situações de superexploração da força de trabalho, mas apenas levantar a hipótese de que ela não tenha, após as transformações do capitalismo brasileiro desde o final da década de 1970, um caráter estrutural que tinha no contexto dos debates que deram origem à TMD.

Usa-se normalmente o Salário Mínimo Necessário (SMN) calculado pelo DIEESE como parâmetro para medir o grau da superexploração da força de trabalho, seja comparando-o ao salário mínimo oficial, seja à distribuição da população ocupada por faixas de salário mínimo. Nestas comparações, o SMN tende a ser sempre maior do que os valores a ele comparados, o que serviria como base para a afirmação da vigência atual do conceito de superexploração. Contudo, é preciso fazer uma ponderação. O cálculo do SMN é derivado de uma definição política e não necessariamente das determinações do valor no nível das relações de produção capitalistas. Portanto, se é verdade que o cálculo do SMN presta inestimável serviço para instrumentalizar a luta por aumentos salariais, também por ser um preço geral "válido" indistintamente para todos os setores econômicos (isto é, sem levar em consideração as características concretas que constituem o valor da força de trabalho de cada setor ocupacional - metalúrgico, pedreiro, médico, professor, mineiro, petroleiro etc. -), ele não reflete necessariamente as condições econômicas, mas uma conquista política, ainda virtualmente por não ser generalizável, da luta de classes<sup>24</sup>.

---

rapidamente, porém, a partir da própria década de 1970, com o fomento à consolidação de um sistema financeiro realizado sob a ditadura brasileira, e que resultou em intensa difusão do crédito ao consumidor, alterando a estrutura das necessidades e do consumo populares" (FONTES, 2010, p. 357).

<sup>23</sup> NASSIF (2008) apresenta dados de um aumento progressivo da produtividade da indústria brasileira a partir do início dos anos 1990.

<sup>24</sup> LUCE (2013, p. 152), ao utilizar as estatísticas da PNAD para demonstrar que, em 2011, 55% da população ocupada recebia entre 4,27 e 1,42 abaixo do SMN por terem renda do trabalho de até 3 salários mínimos, diz preferir esta medida em detrimento ao rendimento médio mensal do conjunto das pessoas ocupadas, pois esta tenderia "a encobrir os baixos níveis de remuneração ao incluir na estatística a composição com os salários mais elevados". Em nossa perspectiva, não é que tende a encobrir, mas que se trata de média entre a totalidade dos salários recebidos. Se a superexploração for definida tendo que excluir os salários mais altos, ela perde a validade como categoria explicativa para o caráter estrutural permanente da dependência. E, além disso, se a

Além disso, se a superexploração da força de trabalho é traço constitutivo e inalterável da dependência e ela envolve o pagamento constante do preço da força de trabalho abaixo do seu valor, desgastando além da “normalidade” a corporeidade dos trabalhadores, levando à piora das condições de vida, ao adoecimento precoce e, no limite, a uma redução do tempo de vida útil dos trabalhadores, como combinar esta tese com o fato de que, dos anos 1960 até o 2014, a expectativa de vida ao nascer do brasileiro, segundo dados do IBGE<sup>25</sup>, passou de 48 anos para 75 anos, um aumento de 27 anos?<sup>26</sup>

Voltando à problemática do capital-imperialismo, Fontes recusa a classificação do Brasil como país subimperialista, pois este conceito se funda em duas premissas que ela criticou: a superexploração do trabalho como fundamento estrutural da dependência brasileira<sup>27</sup> e o truncamento do mercado interno. Para ela, pelo menos a partir dos anos 1980, o desenvolvimento da acumulação, concentração e centralização de capital ocorrida no Brasil em articulação com os processos mundiais teria trazido o Brasil ao grupo desigual de países capital-imperialistas, embora em posição subalterna (Idem, p. 359). Assim, embora o conceito de subimperialismo tenha trazido luz para a paradoxal situação brasileira na América Latina de ser ao mesmo tempo predominante sobre os outros países e subalterna ao capitalismo central, na perspectiva da autora,

o conceito forjado por Marini não abrange, entretanto, modificações substantivas da concentração de capitais no Brasil, da reconfiguração do Estado para favorecê-la, do papel que tal expansão capital-imperialista passa a exercer no conjunto das relações sociais *internas* ao país, nem das eventuais tensões inter-imperialistas decorrentes do contexto internacional pós-derrocada da União Soviética e da emergência da expansão capital-imperialista chinesa (Idem, ibidem).

---

superexploração é estrutural, significaria que ela é majoritária e, portanto, tenderia a puxar a média para baixo, de forma que sua suposta prevalência é que tenderia a encobrir os salários mais altos.

<sup>25</sup> Cf. <http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tabuadevida/2014/default.shtm>

<sup>26</sup> Pode-se argumentar, como fez LUCE op. cit., que esse aumento da expectativa de vida se dá concomitantemente ao aumento do adoecimento, dos acidentes de trabalho, em síntese, de uma piora das condições de envelhecimento, o que daria mais razões à tese da superexploração. Contudo, é preciso fazer referência de que os adoecimentos, especialmente os derivados do trabalho, as doenças crônicas e as doenças psíquicas (especialmente a depressão), bem como o avanço do tempo de trabalho sobre o "tempo livre" são temas que vem ganhando bastante destaque ultimamente, mas não é uma característica específica dos países dependentes. É um fenômeno mundial.

<sup>27</sup> “Extremamente sugestiva, esta tese [a superexploração da força de trabalho] incorre, entretanto, em algumas dificuldades: a lei do valor se define a partir das condições reais e concretas de existência da população, correlacionada ao tempo socialmente necessário para a reprodução do conjunto dos trabalhadores, nas condições históricas e sociais dadas. Se há um truncamento estrutural, este não se limita às periferias, mas precisa ser explicado por circunstâncias internacionais complexas. Assim, situações eventuais (embora dramáticas) de rebaixamento do valor da força de trabalho não configuram necessariamente uma exceção periférica, mas podem expressar o processo desigual e combinado de expropriação do povo do campo” (FONTES, 2010, p. 352).

Contudo, ela ainda reserva um campo de validade analítica do conceito de superexploração do trabalho: “as expropriações de direitos que ocorrem mundo afora, em paralelo à oferta de serviços industrializados para aliviar as necessidades antes supridas como direitos, podem ser analisadas como formas de superexploração do trabalho. A conversão em capital, através de fundos de pensão, de parte do salário de variadas camadas de trabalhadores, como mostrou Graneman, é outra de suas formas” (Idem, p. 355).

Mas não é exatamente assim. Não podemos esquecer que, não obstante serem fundo de consumo dos trabalhadores, os salários são capital variável, isto é, são partes componentes da composição orgânica do capital no processo produtivo. O mesmo ocorre com a parte do salário que por ventura seja depositada em bancos na forma de poupança ou que é depositada em conta corrente e que o banco usa para suas operações financeiras. Não é, portanto, pela conversão de parte dos salários em fundos de pensão que os transforma em capital. O que ocorre é, em decorrência do alto grau de concentração e centralização e sua tendência em acelerar a velocidade da rotação do capital, parte do fundo de consumo dos trabalhadores – na forma de capital-dinheiro – passa a fazer parte da lógica de acumulação do capital fictício.

Por outro lado, Virgínia tem razão ao afirmar que a expropriação de direitos é processo complementar ao fenômeno da “industrialização dos serviços”, o que significa que parte do fundo de consumo dos trabalhadores é destinado a comprar no mercado serviços que antes eram direitos, como saúde, educação, transporte, segurança, etc. Ainda assim, a autora insiste na validade do conceito de superexploração para explicar a generalização dos casos em que o emprego da força de trabalho se dá por meio da precarização das formas de contratação ou mesmo de ausência de contrato de trabalho, aquilo que Chico de Oliveira chama de “trabalho sem forma”, que, para ela, derivam salários abaixo do patamar histórico, social, cultural e politicamente constituído para o mercado nacional (Idem, p. 355).

### **Considerações Finais**

As reflexões esboçadas nestas páginas, ainda que em caráter aproximativo e, portanto, provisórios constituem fonte importante para entender a problemática envolvida em torno da organização do Estado e do poder político e suas determinações econômicas na história recente do país. Principalmente porque, a partir das relações entre os fenômenos designados por conceitos como imperialismo, dependência, neoliberalismo e capital-imperialismo, suas proximidades, distâncias e rupturas, é possível articular as dimensões interna e externa do Estado

brasileiro, sua relação com o movimento do capital no mercado mundial e as relações entre as frações de classe da burguesia brasileira e o operador político da hegemonia recente.

A teoria marxista da dependência é uma rica fonte de perguntas e hipóteses para a compreensão da reprodução da dependência em novas formas históricas em que, diferentemente dos vieses introduzidos pelo “pensamento único sobre a dependência” introduzido por Fernando Henrique Cardoso e reiterados até hoje, não estão vinculados a teses estagnacionistas ou catastrofistas. Como qualquer vertente da tradição marxista, suas formulações teóricas estão ligadas a problemas da práxis e tendem a informar estratégias de superação da ordem do capital. A perspectiva crítica presente nos autores matriciais da TMD em relação ao que havia de mais avançado no pensamento burguês latino-americano – principalmente na CEPAL – é ainda mais atual hoje, na medida em que a força gravitacional do neodesenvolvimentismo com alternativa à dependência tende a atrair parcelas significativas das forças progressistas. Especialmente, porque está inscrito nela – desde Marini – a possibilidade de uma autonomia relativa da condução política da exportação de capitais. Por isso, o resgate crítico da teoria marxista da dependência impulsionado por vários de seus continuadores atualmente é uma iniciativa que, em diálogo crítico com outras perspectivas que pensam a inserção latino-americana nas novas determinações da atual fase do capitalismo global, tende a gerar frutos interessantes para a luta emancipatória no subcontinente.

## Referências

ANDERSON, Perry. **Las Antinomias de Antonio Gramsci**. *Cuadernos Políticos*, número 13, México, D. F., editorial Era, julio-septiembre de 1977, pp. 4-57.

CARCANHOLO, Marcelo. **La Importancia de Dialéctica de la Dependencia para el Actual Rescate Crítico de la Teoría Marxista de la Dependencia**. Mimeo. S/D. Disponível em: [https://www.academia.edu/22603261/LA\\_IMPORTANCIA\\_DE\\_DIAL%C3%89CTICA\\_DE\\_LA\\_DEPENDENCIA\\_PARA\\_EL\\_ACTUAL\\_RESCATE\\_CR%C3%8DTICO\\_DE\\_LA\\_TEOR%C3%8DA\\_MARXISTA\\_DE\\_LA\\_DEPENDENCIA](https://www.academia.edu/22603261/LA_IMPORTANCIA_DE_DIAL%C3%89CTICA_DE_LA_DEPENDENCIA_PARA_EL_ACTUAL_RESCATE_CR%C3%8DTICO_DE_LA_TEOR%C3%8DA_MARXISTA_DE_LA_DEPENDENCIA)

CASTELO, Rodrigo. **O Social Liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CODATO, Adriano Nervo; PERISSINOTTO, Renato. *O Estado como instituição: uma leitura das "obras históricas" de Marx*. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 13, 2001, p. 9-28.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o Capital-Imperialismo: teoria e história**. Ed. 2. EPSJV/Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2010.

GRAMSCI, Antônio. "O moderno príncipe". pp. 3-102. In: **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1984.

HABERMAS, J. **A Nova Intransparência: a crise do Estado de Bem-Estar Social e o esgotamento das energias utópicas**. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 18, 1987.

LENIN, V. **Imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas: Unicamp, 2011, p. 218. Edição eletrônica disponível em: [http://eventohistedbr.com.br/editora/wp-content/uploads/2011/07/lenin\\_imperialismo\\_navegando\\_ebook.pdf](http://eventohistedbr.com.br/editora/wp-content/uploads/2011/07/lenin_imperialismo_navegando_ebook.pdf).

LIGUORI, Guido. *Estado e Sociedade Civil de Marx e Gramsci*. **Novos Rumos**, ano 21, n. 46, 2006, pp. 4-10.

LUCE, M. S. **A Superexploração da Força de Trabalho no Brasil: evidências na história recente**. In: ALMEIDA FILHO, N. (org.) *Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: IPEA, 2013.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARINI, R. M. **Dialéctica da dependência**. Coimbra: Centelha, 1976.

MATHIAS, Meire. *O desenvolvimento sob impacto das reformas na América Latina: o legado dos anos 1990*. **Novos Rumos**, Marília, v. 49, n. 2, p. 121-134, Jul.-Dez., 2012.

\_\_\_\_\_. *Inserção Internacional do Brasil Contemporâneo: o Pêndulo das Mudanças*. **Aurora**, Marília, v. 6, n. 1, p. 161-174, Jul.-Dez., 2012b.

MORGENTHAU, H. J. **A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Editora UnB: Brasília, 2003.

NASSIF, A. *Há evidências de desindustrialização no Brasil?* **Revista de Economia Política**. Vol. 28, Nº 1, São Paulo, Jan./Mar. 2008

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical*, **Rev. Bras. Polít. Int.** 51 (2): 136-153 [2008].

PRADO, Fernando C. *História de um Não-Debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil*. **Anais do evento Marx e Marxismo 2011: teoria e Prática**, Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <http://www.niepmarx.com.br/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC271F.pdf>.